

EDITORIAL

Revista Direitos, Trabalho e Política Social 10 anos de conquistas e avanços

O volume 12 nº 22 da Revista Direitos, Trabalho e Política Social é uma edição comemorativa aos 10 anos de criação e circulação ininterrupta da revista, que vem conseguindo, ao longo do tempo, demarcar fronteiras, o que significa um avanço, sobretudo se considerarmos que sua ascensão ocorreu em um contexto marcado por tensões políticas, restrições orçamentárias e disputas epistemológicas.

A manutenção da revista representa, não apenas resiliência editorial, mas também a defesa de um projeto intelectual comprometido com a análise rigorosa das dinâmicas sociais, das relações de trabalho e das disputas em torno dos direitos.

A celebração, portanto, implica reconhecer avanços, enfrentar limites e reafirmar a centralidade da crítica na construção de uma agenda acadêmica que não se furta ao debate público das contradições que atravessam o campo das políticas sociais no Brasil contemporâneo.

É também o momento de comemorar o compromisso firmado entre os Programas de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) e em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), estabelecido desde a publicação de seu primeiro número, em 2015, e mantido até o presente momento: fomentar e difundir a produção de conhecimento, impulsionar o debate crítico e socializar experiências oriundas de pesquisas nacionais e internacionais no campo das Políticas Sociais. Trata-se de um esforço contínuo de

qualificação acadêmica e de fortalecimento do diálogo interdisciplinar que sustenta esta publicação.

Ao longo desse período, a RDTPS, aprimorou a qualidade da editoração de seus artigos, ampliou o acesso e a divulgação do conhecimento produzido em âmbito nacional e internacional e avançou em seu reconhecimento no Sistema Qualis Periódicos alcançando o conceito A2 na área de Política Social/Serviço Social, atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC).

Este número da Revista Direitos, Trabalho e Política Social apresenta um caráter especial, reunindo 13 artigos e duas resenhas, resultantes de estudos e pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso em parceria com autores(as) convidados(as) do Brasil e do Exterior, evidenciando seu papel fundamental na formação de pesquisadores comprometidos com a docência e a produção de conhecimento crítico, socialmente referenciado e orientado para a transformação da realidade. Aborda temas relacionados a Direitos, Política Social e Formação Profissional, contemplando ainda, discussões que dialogam diretamente com a realidade do Centro-Oeste, do estado de Mato Grosso e da UFMT.

Ao consolidar espaços de investigação qualificada, os programas de pós-graduação reafirmam sua importância para o fortalecimento da pesquisa científica, contribuindo para a construção de análises rigorosas e para a proposição de alternativas capazes de incidir sobre a realidade social.

Abrindo este número, Micheli Burginski e Evilasio Salvador, em “A reforma tributária e as implicações sobre o financiamento do SUS”, analisam os impactos da reforma tributária (EC 132/2023)

para o financiamento do Sistema Único de Saúde, considerando o histórico de subfinanciamento, desfinanciamento e dependência das contribuições sociais. A pesquisa, de natureza documental e quantitativa, utiliza dados do Siga Brasil e legislações recentes relacionadas ao novo arcabouço fiscal e à reforma tributária. Os resultados indicam que a substituição das contribuições sociais por tributos sobre o consumo (CBS e IBS) gera incertezas quanto à manutenção das fontes vinculadas à Seguridade Social. Conclui-se que a reforma tributária aprofunda a regressividade fiscal e ameaça a sustentabilidade do SUS, exigindo novas estratégias de financiamento que assegurem estabilidade e equidade.

No artigo “Direito de moradia adequada para pessoas em situação de rua: entre as diretivas da ONU e o Projeto Moradia Primeiro”, Patrícia Marília Félix da Silva e Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira discutem de forma crítica a realidade do direito à moradia no Brasil, com foco na insuficiência histórica das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Os autores evidenciam que esse segmento social, marcado pela extrema pobreza, pela precarização das condições de trabalho e pela ausência de proteção social efetiva, encontra barreiras estruturais que impedem a concretização de seu direito fundamental à moradia adequada, tal como orientado pelos parâmetros internacionais da ONU.

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo, Giannina Zamora Acosta e Camila Salles de Faria em “Territorialização da Vida: Chacras e Quintais Produtivos no Equador e no Brasil”, analisam a importância das Chacras de vida no Equador e dos Quintais produtivos no Brasil como espaços socioecológicos integrais para a produção da vida, segurança e soberania alimentar. Esses espaços transcendem a localização e a produção de alimentos, configurando-

se como práticas de cuidado, de saberes, de reciprocidade e sustentabilidade que articulam múltiplas dimensões ecossociais e representam o metabolismo sociedade-natureza regenerativo, em contraposição ao modelo agroindustrial hegemônico e às atividades extrativas. O estudo reafirma a importância dessas experiências na construção de alternativas socioecológicas e de resistência frente às pressões do agronegócio.

Gislayne Cristina Figueiredo, Amailson Sandro de Barros e Aldi Nestor de Souza no artigo “Relações comunitárias e políticas públicas” investigam como as políticas públicas condicionam as relações comunitárias, auto-organizativas e os processos de construção da identidade individual e coletiva. A presença-ausente do Estado agrava as dificuldades cotidianas da comunidade, contribui para a reprodução de situações de violência e de esgarçamento dos laços sociais, bem como para a construção de processos identitários subalternizados. Um trabalho psicossocial que vise contribuir com a emancipação e o desenvolvimento da consciência crítica deve considerar essa ausência e seus efeitos concretos e simbólicos, bem como as estratégias adotadas pela comunidade, as quais vão desde o clientelismo político, até a construção de relações de solidariedade e ajuda mútua.

O artigo apresentado por Paulo Wesceley Maia Pinheiro, “Teatro político, educação e a estética da resistência: superando o drama do ethos burguês”, apresenta parte da síntese desenvolvida na pesquisa “A arte das exploradas-oprimidas: práxis artísticas, ontologia do ser social e a unidade exploração-opressão”. O autor destaca como a transversalidade entre educação, arte e política possibilita o desvendamento da estética naturalizada da exploração-opressão. Nesse percurso, evidencia a pedagogia popular de Paulo Freire e

as contribuições do teatro dialético e do teatro do oprimido como mediações fundamentais para compreender a dialética das opressões. Dialogando com Lukács e Konder, demonstra o papel do estético tanto na reprodução quanto nas resistências ao ethos burguês. Diante da unidade exploração-opressão, o texto reafirma a potência da fruição teatral crítica, coletiva e colaborativa, orientada por uma pedagogia popular, para visibilizar e fortalecer as múltiplas estéticas produzidas pelos sujeitos coletivos da classe trabalhadora. Nessa dinâmica de formação, criação e difusão cultural, emergem experiências de subjetivação e objetivação que confrontam a exploração do trabalho, o racismo e o cisheteropatriarcado.

Izabel Cristina Dias Lira e Jaime Hillesheim no artigo, “Serviço Social, Transformações Tecnológicas Contemporâneas e Desafios para a Formação Profissional”, trazem importantes reflexões sobre como as formas de uso dos avanços tecnológicos têm impactado a formação profissional em Serviço Social. Os resultados reafirmam que, apesar das rápidas e intensas inovações tecnológicas, as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS continuam atuais e respondem às necessidades da formação em Serviço Social. Alertam para o fato de que as tecnologias constituem mediação essencial para a oferta da “educação- mercadoria”, mas também para a reconfiguração das relações entre os sujeitos envolvidos nos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem, concluindo que a tecnologia como um campo de disputa, deve ser apropriada sob o ponto de vista da direção social que sustenta o projeto de formação do Serviço Social brasileiro.

O artigo, intitulado “Entre desjudicialização e desamparo: mediação e conciliação extrajudicial no Centro-Oeste brasileiro”, de autoria de Wanderson Moura de Castro Freitas e Erivã Garcia Velasco aborda a expansão das práticas de mediação e conciliação extrajudicial

como política pública de acesso à justiça, e, pondera como o discurso da democratização, que sustenta a desjudicialização, convive com dinâmicas de mercantilização típicas do neoliberalismo, produzindo tensões entre inclusão cidadã e precarização do atendimento jurídico. Ao analisar dados e experiências da região Centro-Oeste, o estudo revela que, embora as serventias extrajudiciais ampliem a capilaridade do serviço, podem também reforçar desigualdades sociais e institucionais. O texto provoca reflexão sobre os limites e contradições das estratégias contemporâneas de administração da justiça no Brasil.

No artigo “A Acumulação Primitiva em Tempos Neoliberais: Expropriação e Mineração em Mato Grosso”, as autoras Leana Oliveira Freitas e Lívia Daniela de Brito Berlandi analisam como a expansão da mineração em Mato Grosso reatualiza velhos mecanismos de expropriação ao transformar territórios e modos de vida em mercadorias. Embora os indicadores econômicos do setor avancem, os municípios mineradores seguem marcados por pobreza crescente e precarização social — um retrato conhecido do desenvolvimento brasileiro. Os mecanismos compensatórios, como a CFEM, revelam-se insuficientes e pouco transparentes. O resultado é a manutenção de um modelo predatório que fortalece a dependência externa e aprofunda desigualdades históricas.

Imar Domingos Queiróz e Joseane de Souza no artigo, “Fundo Público e Política de Deficiência: análise das isenções fiscais em Mato Grosso” analisam como a política de isenções fiscais para pessoas com deficiência em Mato Grosso, no período de 2021 e 2023, reflete disputas mais amplas pelo fundo público em um contexto de orientação neoliberal do Estado. Demonstram que tais políticas não são concessões neutras, mas expressões de tensões estruturais entre

Estado, capital e trabalho. Ao investigar quem se beneficia e quem financia essas isenções, evidenciam os limites e contradições das respostas estatais às demandas das pessoas com deficiência e apontam para a necessidade de compreender as políticas sociais como fruto de conflitos e não como gestos voluntaristas do poder público.

O artigo “El Violador Eres Tú: a destrutividade do poder patriarcal e supremacista branco no capitalismo em colapso expressa na elite do agronegócio em Mato Grosso”, de autoria de Lélica Elis Pereira de Lacerda e Franklin Gouveia de Lima, discute a relação entre a destrutividade da ação das elites, com a natureza, com as mulheres e com a democracia como expressão da dinâmica patriarcal inerente à base econômica. Além do estudo bibliográfico sobre o feminismo classista e marxista, este artigo se fundamenta em dados estatísticos e estudos documentais produzidos pelo grupo De Olho nos Ruralistas. O que se apreende é que a concentração de terras nas mãos dos coronéis significa também a concentração de poder, o que produz um ambiente particularmente nocivo às mulheres.

Adriana Aparecida do Vale Kitagawa e Marluce Souza e Silva no artigo “Terceirização de Serviços e reconfiguração da Universidade Pública sob a lógica do capital na UFMT: Transferência de Recursos e Responsabilidades”, analisam os impactos financeiros da terceirização de serviços na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no período de 2008 a 2024. Partem da perspectiva de que a política de terceirização foi intensificada a partir das reformas do Estado nos anos 1995 e que nesse contexto, a universidade pública é fragilizada por restrições orçamentárias, extinção de cargos públicos e ampliação da contratação de empresas privadas para realização de atividades essenciais ao funcionamento institucional. Ao analisar os impactos da terceirização na estrutura e no financiamento da

UFMT, conclui-se que essa política integra um processo deliberado de mercantilização das políticas educacionais, em especial no ensino superior, promovendo o enfraquecimento das instituições e preparando o terreno para sua privatização indireta, em consonância com os ditames do capital.

No artigo “Do direito à alimentação à mercadoria: o Restaurante Universitário como instrumento do capital” as autoras Geruza Silva de Oliveira Vieira e Cristiane Arielly Martins Amorim analisam a concepção da alimentação enquanto um direito social e discorrem sobre a trajetória do RU, que, de equipamento público voltado à permanência estudantil, foi transfigurado em mercadoria a partir do processo de terceirização e financeirização. Chegam a conclusão que a terceirização fragiliza o alcance da assistência estudantil, intensifica a exploração da classe trabalhadora e transfere recursos públicos para a acumulação privada, comprometendo a autonomia alimentar.

Josiley Carrijo Rafael e Betina Ahlert no artigo “55 Anos do Curso de Serviço Social na UFMT” buscam sistematizar o percurso histórico do curso desde sua criação, em 1970, à comemoração dos 55 anos de sua trajetória, em 2025. Reafirmam a importância da preservação da memória histórica do curso de Serviço Social da UFMT, e chamam a atenção para a permanência de desafios de múltiplas ordens, expressos na histórica tensão entre a defesa da educação pública e o avanço da lógica mercadológica no campo educacional.

Constam também nesta edição duas resenhas: a primeira, intitulada, “ Entre a Técnica e o Trabalho Vivo: reflexões sobre o Serviço Social na era digital” da coletânea “Serviço Social, trabalho e novas tecnologias digitais”, organizada pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade, com a colaboração de Pesquisador do Chile

e da Universidade Federal de Santa Catarina, é de autoria de Danielle Luzie Leite Toledo, Marcia Cristina Verdego Gonçalves e Ruteléia C. de S. Silva, e, a segunda da coletânea: “Políticas Sociais no Brasil do século XXI: Recorrências e Insurgências”, que consta com artigos de pesquisadores(as) e estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes institutos federais, é de autoria de Cintia Lopes Branco e Imar Domingos Queiróz.

Convidamos leitoras e leitores a percorrer estas páginas com espírito crítico, certos de que os debates aqui instaurados contribuirão para o fortalecimento da produção científica e para a ampliação das reflexões que orientam a Política Social em seus múltiplos campos de ação.

Janaina Carvalho Barros e Tânia Maria Santana dos Santos

Docentes do Departamento de Serviço Social e do
Programa de Pós-graduação em Política Social
Universidade Federal de Mato Grosso